



7ª Reunião Ordinária
Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
Belém-PA
27 e 28 de fevereiro de 2008

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Acrescentada a representação de uma mulher para compor o grupo da Comissão Nacional responsável por acompanhar o processo de desenho da Pesquisa Nacional.
2. Decidido por votação que a Josilene Brandão da Costa– CONAQ é titular na equipe responsável pelo acompanhamento do processo de desenho da Pesquisa Nacional.
3. Acrescentada a figura de três suplentes para compor o grupo da Comissão Nacional responsável por acompanhar o processo de desenho da Pesquisa Nacional para o caso de impossibilidades dos membros titulares.
4. Decidido por votação que os suplentes são: Claudia Regina Sala de Pinho - FORMAD, Ernando Ferreira Pinto – MONAPE e Valdivino Rodrigues de Souza – Fundo de Pasto.
5. Decidido por indicação dos membros representantes da sociedade civil que o subgrupo que irá discutir o anteprojeto de Lei de Acesso a Recursos Genéticos será formado por: Braulino Caetano dos Santos - CAA, Ernando Ferreira Pinto -MONAPE, Raquel Maria Oliveira dos Santos-Rede Kodya, Valdivino Rodrigues de Souza – Fundo de Pasto e Maria Adelina de Sousa Chagas - ASSEMA.
6. Realização de um seminário conjunto OIT-CNPCT com o tema Infância, Trabalho e Cultura, para discutir o conceito de trabalho infantil e propor mudanças na definição legal de trabalho infantil para melhor se adequar à realidade de povos e comunidades tradicionais.
7. Consulta à Coordenadoria de Agroextrativismo do MMA sobre qual a melhor forma de construir uma oficina de capacitação em elaboração e gestão de projetos para povos e comunidades tradicionais.
8. Encaminhar aos titulares das pastas governamentais ao final de cada uma das reuniões as recomendações e encaminhamentos das reuniões ordinárias e destacar o que não foi decidido por falta de quórum governamental.
9. Colocar mesas formais com composição de cada órgão com placas de cada instituição e tirar fotos e informar aos órgãos sobre as ausências e os constrangimentos advindos destas.
10. Buscar outras estratégias para fortalecer a Comissão e as Câmaras Técnicas, não deixando idéias tiradas na reunião cessarem. Necessidade de construção de um sistema eficiente de circulação de informações dentro da Comissão e entre a sociedade civil – construção de um boletim impresso e por meio eletrônico, incluindo rádios comunitárias, alimentação do Blog de povos e comunidades tradicionais (com compromisso de envio de notícias e informações úteis) – discutir o melhor formato e periodicidade; maior acompanhamento dos encaminhamentos dados ao final das reuniões setoriais e ordinárias;
11. Passar a lista de presença com o nome do órgão e representante e deixar em branco os órgãos que não enviaram representantes titulares ou suplentes.
12. Realização de eventos políticos periódicos com a participação dos titulares da pasta de Povos e Comunidades Tradicionais (Ministros Patrus Ananias e Marina Silva) para mobilizar demais órgãos governamentais que fazem parte da Comissão Nacional. (lançamento da Agenda, lançamento do Plano, lançamento da Pesquisa).
13. Agendar apresentações da PNPCT nos ministérios que são parceiros e destacar os

- compromissos de cada um dos órgãos.
14. Campanha Nacional de informação sobre o que são os povos e comunidades tradicionais e a Política.
 15. Utilizar melhor o instrumento do Regimento Interno que traz a exclusão de membros que faltem a três reuniões consecutivas.
 16. Mobilizar a imprensa local quando as reuniões da Comissão Nacional acontecerem em outros estados, montando comissões para ajudar na divulgação do evento.
 17. Alternar reuniões nos estados com reuniões em Brasília.
 18. Estratégias de divulgação da política durante dias comemorativos como Dia da Mulher, Semana do Meio Ambiente.
 19. Utilização de espaços dentro de unidades de conservação para realização de reuniões dos grupos da comissão, e reuniões ordinárias.
 20. Nas reuniões nos estados procurar entrar em contato com o poder judiciário local para divulgar a Política e os direitos conquistados.
 21. Enviar folders de divulgação da política para os membros da sociedade civil.
 22. Separar a ação política, nos estados e as reuniões das câmaras técnicas serem realizadas em Brasília.
 23. Realizar um novo Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – Conferência Nacional. (encontro de maior porte, com um número maior de participantes)
 24. Criar mecanismos dentro dos governos municipais para discutir e apresentar a Política.
 25. Realizar Audiência Pública sobre a PNPCT em Brasília na Câmara dos Deputados, por meio da Comissão de Meio Ambiente, Minorias e Consumidor a ser feita a interlocução pelas assessorias parlamentares do MDS e MMA.
 26. No início de cada Reunião Ordinária será feita a leitura do Sumário Executivo da última reunião para evitar retomada de discussão de pontos que já foram acordados.
 27. Sugestão de que as pessoas da sociedade civil que estarão participando da I Oficina da Pesquisa Nacional em Brasília, na próxima semana, compareçam a audiência agendada pelo Movimento Quilombola com o Ministro da SEPPIR, Edson Santos, para reforçar a continuidade de ações voltadas aos quilombolas, aos povos de terreiros, e atuando de forma mais integrada com a PNPCT; e posteriormente que seja realizada uma reunião com a Secretária de Comunidades Tradicionais, Givania Silva.
 28. Moções aprovadas: 1. apoio às lideranças comunitárias participantes do 1º Seminário de Extrativismo e Comunidades Tradicionais e ao Estado do Pará pela criação do Plano Estadual de Extrativismo e do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; 2. apoio às Comunidades Quilombolas de Alcântara-MA pela defesa de seus territórios e contra a política adotada pela empresa Binacional (Brasil/Ucrânia) Alcântara Cyclone Space e pela Agência Espacial Brasileira na implementação dos denominados sítios de lançamento e sítios institucionais; 3. apoio ao Movimento Quilombola pela defesa do Decreto 4.887 ameaçado pela ADIN do antigo-PFL (atual Democratas), PDL do Senhor Deputado Valdir Colato e pelas alterações da IN do Inera; solicita manifestação da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República e do Ministério da Justiça, sob o foco do Decreto Federal nº 6.040/2007, visando a análise da Ação Direta por Inconstitucionalidade (ADIN), empetrada pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, contra a Lei do Estado de São Paulo nº 12.406/2006 referente ao Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia Itatins.